



**SOCIEDADE
CRISE E RECONFIGURAÇÕES**

VII CONGRESSO PORTUGUÊS DE SOCIOLOGIA

19 a 22 Junho 2012

Universidade do Porto - Faculdade de Letras - Faculdade de Psicologia e Ciências da Educação

ÁREA TEMÁTICA: Ambiente e Sociedade

FORMULAÇÃO DE POLÍTICAS PÚBLICAS PARA A PROMOÇÃO DO ECOTURISMO NO GEOPARQUE ARARIPE, CEARÁ, NORDESTE DO BRASIL.

LOPES, Eva Regina do Nascimento

Graduanda em Administração

Universidade Federal do Ceará – Campus Cariri

evaregina.nascimento@gmail.com

CHACON, Suely Salgueiro

Doutora em Desenvolvimento Sustentável pela Universidade de Brasília

Professora da Universidade Federal do Ceará – Campus Cariri

suelychacon@gmail.com

Resumo

O principal objetivo desse artigo é analisar as formulações de políticas públicas para o ecoturismo no Geoparque Araripe, situado na região do Cariri, sul do estado do Ceará, Nordeste do Brasil. É enfatizada aqui a importância dessas políticas públicas como uma forma de conservar esse Território e proporcionar um turismo voltado para a sustentabilidade. A metodologia utilizada é baseada principalmente em estudos bibliográficos e análise de dados secundários. O estado do Ceará vem apresentando um crescimento considerável na área turística, e isso ocorre principalmente por as belezas naturais e culturais que o estado possui. Não é diferente no interior desse estado, principalmente pela existência do Geoparque Araripe, único geoparque das Américas, instituído em 2006 pela UNESCO – Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura e integrando a Rede Global de Geoparks (*Global Geoparks Network – GGN*). As práticas do turismo ecológico são constantes nessa localidade. O Geoparque Araripe localiza-se na bacia sedimentar do Araripe, tendo seus geossítios abrangendo seis cidades do interior do Ceará, e fazendo limites com os estados de Pernambuco, Piauí e Paraíba. Devido ao aumento de turistas nessa região, surge a necessidade de se estabelecerem políticas públicas que proporcionem a prática de um ecoturismo que leve em consideração as dimensões da sustentabilidade (ambiental, social, econômica e institucional), a fim de conservar as áreas que sofrem influência da ação humana, e valorizando as populações locais. É possível praticar atividades turísticas sem prejudicar a natureza, principalmente quando tratamos de um Geoparque, que é um território reconhecido por sua grandiosidade natural e histórica. As principais conclusões revelam a necessidade de existirem políticas públicas menos generalizadas e que analisem as particularidades do ecoturismo no Geoparque Araripe, já que foram encontradas políticas públicas de âmbito nacional para Unidades de Conservação, como a Lei Federal 9.985 e recentemente houve a criação de uma comissão para aprovar a política nacional de desenvolvimento do ecoturismo.

Abstract

The main objective of this paper is to analyze the formulation of public policies for ecotourism in Geopark Araripe, located in the Cariri southern state of Ceará, Northeast Brazil. It is emphasized here the importance of these policies as a way to keep this territory and provide a tourism focused on sustainability. The methodology used is based mainly on bibliographic studies and secondary data analysis. The state of Ceará has shown considerable growth in the tourist area, and **this is due mainly** to the natural and cultural beauty that the state has. It is no different within that state, mainly by the existence of Geopark Araripe, the only Geopark in the Americas, established in 2006 by UNESCO - United Nations Educational, Scientific and Cultural Organization and integrating the Global Network of Geoparks (Global Geoparks Network - GGN). The practices of the ecotourism are constant in this location. The Araripe Geopark is located in the Araripe sedimentary basin, and it's geosites covering six cities in the interior of Ceará, and making boundaries with the states of Pernambuco, Piauí and Paraíba. Due to the increase of tourists in this region, there is a need to establish public policies that provide the practice of ecotourism that takes into account the dimensions of sustainability (environmental, social, economic and institutional) in order to preserve the areas that are influenced of human action, and valuing local people. It is possible to practice tourism activities without harming nature, especially when dealing with a Geopark, an area which is renowned for its natural and historical grandeur. The main findings reveal the need for public policies there are less widespread and analyze the particularities of Ecotourism in Geopark Araripe, as found in national public policies for protected areas, such as the Federal Law 9985 and recently was the creation of a commission to adopt a national policy for development of ecotourism.

Palavras-chave: Políticas públicas; Ecoturismo; Geoparque Araripe; Sustentabilidade.

Keywords: Public policies; Ecotourism; Geopark Araripe; Sustainability.

1. INTRODUÇÃO

O turismo no Brasil é uma atividade que vem crescendo de forma bastante significativa. Os atrativos turísticos são diversificados e cada estado os utiliza para gerar riquezas. É nesse sentido que as políticas públicas vão servir de incentivo para o desenvolvimento de atividades turísticas no território brasileiro.

No Ceará, especificamente no interior do estado, pode-se encontrar um grande potencial para o turismo, especialmente o turismo ecológico, devido as belezas naturais existentes. Essa região circunda algumas cidades do estado, tratando-se do Geoparque Araripe, uma área rica em natureza e de grande valor histórico. O Geoparque Araripe atualmente é organizado em geossítios, que são visitados por muitos turistas brasileiros e estrangeiros dos mais diversos tipos, desde turistas que buscam o lazer até pesquisadores de universidades.

Assim, o principal objetivo desse artigo é conhecer quais as medidas, em termos de políticas públicas, que estão sendo adotadas para que o ecoturismo no Geoparque Araripe ocorra de forma sustentável, sem que a natureza sofra impactos irreversíveis e que o turismo sustentável seja a base para o desenvolvimento dessa localidade.

2. METODOLOGIA

Trata-se de uma pesquisa bibliográfica, ou seja, baseada principalmente através de estudos de livros e artigos científicos, onde se buscou apresentar as principais políticas públicas voltadas para o território aqui estudado. Para Gil (2002, p. 45), esse tipo de pesquisa tem um grande benefício: “a principal vantagem da pesquisa bibliográfica reside no fato de permitir ao investigador a cobertura de uma gama de fenômenos muito mais ampla do que aquela que poderia pesquisar diretamente”.

É nesse sentido que a pesquisa também utilizou dados secundários, retirados principalmente do site do Geoparque Araripe (www.geoparkararipe.org.br) para melhor apresentar essa região estudada.

3. REFERENCIAL TEÓRICO

3.1 DEFINIÇÃO DE GEOPARQUE

Para a UNESCO (Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura), um geoparque ou geopark trata-se de “uma área delimitada que tenha significativas exposições geológicas, paleontológicas ou geomorfológicas e que seja grande o suficiente para o desenvolvimento sustentável e que haja uma população em seu interior, a qual, necessariamente, deverá ser beneficiada com sua criação” (UNESCO *apud* BOGGIANI, p.1, 2010). Assim, os geoparques combinam os conceitos de conservação, desenvolvimento sustentável e envolvimento da comunidade.

Os geoparques são gerenciados pelas mais diversas instituições, desde universidades, institutos, organizações privadas como também através de organizações não governamentais. Essas instituições procuram promover campanhas para a educação ambiental das comunidades que vivem nos geoparques, como também dos turistas que os visitam (BOGGIANI, 2010). O único geoparque brasileiro, o Geoparque Araripe, é gerenciado pela URCA (Universidade Regional do Cariri), como sede em Crato-Ce. Abaixo, uma breve apresentação desse território.

3.2 GEOPARQUE ARARIPE E SEUS GEOSSÍTIOS

O Geoparque Araripe compõe uma área de aproximadamente 3.520,52 km², abrangendo as cidades de Juazeiro do Norte, Crato, Barbalha, Santa do Cariri, Nova Olinda e Missão Velha. Essas cidades que compõe

o Geoparque são consideradas de grande relevância por suas riquezas em termos de geologia, paleontologia e hidrologia. O Geoparque fica localizado no Nordeste do Brasil, ao sul do estado do Ceará, fazendo limites com os estados de Piauí, Pernambuco e Paraíba. Ele fica localizado no Semiárido brasileiro, especificamente na bacia sedimentar do Araripe.

Desde seu reconhecimento em setembro de 2006 pela Rede Global de Geoparques da UNESCO, como o primeiro geoparque das Américas, que essa região recebe uma série de visitas, desde pesquisadores de todo o mundo, assim como turistas das mais diversas localidades que buscam lazer através das belíssimas áreas naturais que a região possui.

Assim, os turistas podem conhecer nove regiões definidas como geossítios, que são espaços específicos do Geoparque onde se mescla natureza e memória dessa região. Abaixo, informações sobre cada geossítio de acordo com dados apresentados no site do Geoparque Araripe.

Tabela 1 – Geossítios e seus Limites

	Geossítio	Limites (municípios)
1.	Colina do Horto	Juazeiro do Norte
2.	Cachoeira de Missão Velha	Entre Missão Velha e Aurora
3.	Floresta Petrificada do Cariri	Entre Missão Velha e Milagres
4.	Batateira	Crato
5.	Pedra Cariri	Entre Nova Olinda e Santana do Cariri
6.	Pontal de Santa Cruz	Santana do Cariri
7.	Parque os Pterossauros	Santana do Cariri
8.	Ponte de Pedra	Entre Crato e Nova Olinda
9.	Riacho do Meio	Barbalha

Fonte: Site Geoparque Araripe

O Geossítio Colina do Horto é onde se encontra a estátua do Padre Cícero, fundador da cidade de Juazeiro do Norte. Nesse geossítio encontra-se a formação rochosa mais antiga da chapada do Araripe - são rochas de granito e filito, com aproximadamente 650 milhões de anos. A Colina do Horto tem aproximadamente 550 metros de altitude.

A Cachoeira de Missão Velha surgiu a partir da escavação de 12 metros das águas do Rio Salgado em rochas de arenito, formando quedas de água. É possível ver marcas de animais muito antigos nas rochas. Os primeiros habitantes da região, os índios Kariris, se banhavam na Cachoeira, fazendo registro dos primeiros aldeamentos na região.

A Floresta Petrificada do Cariri constitui uma gruta por volta de 8 metros, repleta de rochas muito antigas. Há também pedaços de madeira petrificada e fósseis de pinheiros com cerca de 145 milhões de anos, denotando que na região existiam colinas repletas de florestas.

O Geossítio Batateira constitui uma cascata que vem do Rio Batateira. Na região existem rochas sedimentares e alguns fósseis onde é possível observar imagens de crustáceos, vegetais e peixes. Também as margens do Rio Batateiras viveram índios Kariris.

No Geossítio Pedra Cariri existe uma grande quantidade de fósseis, onde foram preservados num calcário amarelo desenhos de insetos, como baratas e grilos, além de outros animais já extintos. A Pedra Cariri tem uma altura de 10 metros, e possui também um registro de antigos lagos de água doce, de cerca de 112 milhões de anos.

O Pontal de Santa Cruz constitui um mirante com quase 900 metros de altitude. De lá é possível ter uma ampla visão da Chapada do Araripe. O Pontal também é rico em rochas formadas a cerca de 100 milhões de anos, que são arenitos muito permeáveis, ou seja, absorvem a água da chuva com grande facilidade.

O Parque dos Pterossauros é um geossítio administrado pelo Museu de Paleontologia da URCA, Universidade Regional do Cariri, que fica em Santana do Cariri. Nessa localidade há uma grande quantidade de peixes fossilizados, além de rochas que contém restos de pterossauros. Esse geossítio recebe muitas visitas de pesquisadores de universidades e demais estudiosos, por constituir uma imensa riqueza paleontológica.

O geossítio Ponte de Pedra constitui numa passagem de rocha natural, que fica sobre um estreito e profundo vale, resultante da movimentação das águas nos últimos 50 milhões de anos atrás.

Por último, o geossítio Riacho do Meio, localizado no município de Barbalha. Esse geossítio é rico pela flora e pela fauna, além de possuir fontes de água natural. O Riacho do Meio é o habitat do pássaro soldadinho-do-araripe, que é uma espécie ameaçada de extinção. O Riacho do Meio também serviu de acampamento para Lampião e seu bando de cangaceiros. Esse esconderijo era chamado de “pedra do morcego”.

3.3 ECOTURISMO E SUSTENTABILIDADE

Primeiramente, faz-se necessário a definição de ecoturismo. Também denominado de turismo ecológico, é uma atividade voltada para o lazer em áreas naturais com fortes motivações conservacionistas e culturais (WWF BRASIL, 2003, p.21). A seguir, encontra-se a definição de Ecoturismo de acordo com o Ministério do Turismo:

Ecoturismo é um segmento da atividade turística que utiliza, de forma sustentável, o patrimônio natural e cultural, incentiva sua conservação e busca a formação de uma consciência ambientalista através da interpretação do ambiente, promovendo o bem estar das populações (BRASIL. MINISTÉRIO DO TURISMO, 2010, p. 17).

O ecoturismo recebe este nome justamente por sua finalidade, que é o lazer em áreas naturais, através da conservação das mesmas. É aí onde entra o conceito de turismo sustentável, que segundo WWF Brasil (2003, p.21): “para que o turismo seja sustentável, é necessário que a atividade seja praticada de forma racional, duradoura e que contribua para a melhoria da qualidade de vida de uma grande parte da população local”.

Essa denominação lembra o conceito de desenvolvimento sustentável que Oliveira (2008 *apud* Brundtland, 1987, p.23) relata como, “aquele que atende as necessidades das gerações presentes sem comprometer a possibilidade de as gerações futuras satisfazerem suas próprias necessidades”. E também, segundo Chacon (2007), o desenvolvimento sustentável pressupõe:

ações conjuntas que visem não apenas o aspecto econômico, mas também uma distribuição socialmente justa dos resultados do progresso científico e tecnológico, bem como um processo produtivo que respeite o meio ambiente. É ainda fundamental o respeito à diversidade cultural das sociedades-alvo do processo (CHACON, 2007, p.124).

Assim, para um ecoturismo efetivamente sustentável, deve-se levar em consideração as dimensões da sustentabilidade (ambiental, social, econômica e institucional).

3.4 O ECOTURISMO NO GEOPARQUE ARARIPE

No Geoparque Araripe são várias as atividades ecoturísticas praticadas. É possível encontrar locais para acampamento regularizados e com estrutura adequada para que as pessoas possam montar suas barracas, como no Pontal de Santa Cruz, por exemplo.

A prática do arvorismo, que é a exploração das matas por meio de cordas e passarelas, acontece geralmente quando o turista procura um guia especializado nessa técnica, pois ele é que tem todo o material essencial para que essa atividade ecoturística ocorra de forma adequada.

O ciclismo, passeio de bicicleta em terrenos irregulares, também ocorre com muita frequência nas regiões do Geoparque Araripe, principalmente nos caminhos pela Chapada do Araripe, onde as pessoas buscam passear e conhecer as belezas da Floresta do Araripe.

As caminhadas também são muito frequentes. Os geossítios são ricos em trilhas. O Riacho do Meio, por exemplo, possui uma trilha belíssima e cheia de terrenos altos e baixos. No caminho dá para encontrar algumas fontes de água. Pode-se destacar também a trilha do Santo Sepulcro que fica na Colina do Horto, onde o turista chega numa capela que dá para ter uma ampla visão da Chapada. O geossítio Batateira e a Cachoeira de Missão Velha também possuem trilhas que apresentam a natureza e a história da região. O geossítio Ponte de Pedra possui trilhas que levam as duas pedras, a da “Coruja” e a do “Castelo”, onde é muito comum a prática do rapel.

A observação da fauna e da flora também é uma atividade de ecoturismo muito presente no Geoparque Araripe, principalmente nas regiões onde existem variadas espécies de plantas, como as típicas do semiárido, como o jatobá, a aroeira, o cedro e a catingueira, encontrados principalmente no caminho da Cachoeira de Missão Velha.

Em relação ao patrimônio histórico-cultural, as principais atividades são os passeios a museus, como o Museu Vivo do Padre Cícero que fica na Colina do Horto e é administrado pela Igreja Católica, através dos padres salesianos responsáveis. O Museu de Paleontologia da URCA, onde existem cerca de 6 mil fósseis expostos.

3.5 POLÍTICAS PÚBLICAS PARA O ECOTURISMO NO BRASIL E NO GEOPARQUE ARARIPE

Depois de apresentado a localidade em estudo, faz-se necessário a apresentação das políticas públicas para o ecoturismo no contexto brasileiro, para posteriormente ser possível relacioná-las ao gerenciamento do Geoparque Araripe.

Primeiramente, no cenário internacional, surgem as primeiras políticas públicas voltadas para o turismo, especialmente após a Segunda Guerra Mundial, e assim os governos passam a se preocupar com essa atividade devido principalmente ao seu impacto na economia e no desenvolvimento social e cultural. No Brasil, é interessante citar que a Política Nacional de Turismo foi promulgada ano de 1977, após onze anos de existência da EMBRATUR (Empresa Brasileira de Turismo) (MORAIS, 2008).

Em relação as políticas públicas voltadas para o ecoturismo, percebe-se que essa atividade deve ser gerida adequadamente:

As políticas públicas de ecoturismo podem ser consideradas um importante instrumento no processo de planejamento para o desenvolvimento da atividade, principalmente para se garantir um maior aproveitamento de seus benefícios aos atores envolvidos e principalmente no combate a desigualdade que existe no Brasil (MORAIS, 2008, p.30).

É nesse sentido que a WWF Brasil desenvolveu alguns princípios para o ecoturismo de base comunitária, ou seja, são diretrizes que fazem com que as políticas públicas e demais instituições que promovem ecoturismo combatam a desigualdade social, envolvendo as pessoas que praticam ou promovem esse tipo de turismo, em resumo:

- o ecoturismo deve contribuir para a preservação do meio ambiente;
- o ecoturismo deve promover, onde possível, a valorização cultural das comunidades, bem como sua capacitação para o gerenciamento participativo e de mínimo impacto dos recursos envolvidos;
- o ecoturismo deve buscar a diversificação e integração econômicas para a melhoria da qualidade de vida das comunidades; e

- no desenvolvimento do ecoturismo, a integração e o equilíbrio entre conservação ambiental, respeito pela cultura local e diversificação de atividades econômicas devem ocorrer por meio de processo participativo.

Entretanto, a definição desses princípios (advindos do documento *Carteira de Ecoturismo de Base Comunitária*) fazem partes de políticas públicas recentes para a atividade em estudo nesse artigo.

Assim, inicialmente, em 1985, surgiu o primeiro projeto que tratava de atividade turística em áreas naturais, chamado de “Turismo Ecológico”, e desenvolvido pela EMBRATUR e IBAMA (Instituto Brasileiro de Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis). Dois anos após, foi criada uma Comissão Técnica Nacional para o monitoramento desse projeto. Nos anos de 1991 a 1993, iniciou a primeira capacitação para guias de ecoturismo, além da elaboração do Manual Operacional do Ecoturismo pela EMBRATUR. Em 1994, formou-se um grupo de trabalho para tentar implementar uma Política Nacional de Ecoturismo, saindo a publicação “Diretrizes para uma Política Nacional de Ecoturismo” no ano seguinte (BASSO, 2012).

No ano de 1998, com o objetivo de estruturar atividades ecoturísticas na Amazônia, foi definido por iniciativa do Ministério do Meio Ambiente (MMA) o PROECOTUR, o Programa de Ecoturismo na Amazônia Legal. No ano seguinte, o projeto Polos de Desenvolvimento do Ecoturismo no Brasil também foi lançado, e realizou um levantamento de todas as áreas ecoturísticas no território brasileiro. Só então no ano de 2003, é que foi criado o MTur – Ministério do Turismo. Em 2004, houve reuniões para pensar em diretrizes para o desenvolvimento do ecoturismo. O ano de 2006 teve como marco as Jornadas Técnicas de Segmentação, visando entender os segmentos de turismo a serem trabalhados pelo MTur. No ano seguinte ocorre uma reestruturação do PROECOTUR, agora pelo Ministério do Turismo.

É possível destacar também o Programa Roteiros do Brasil, que foi lançado em 2004, e apresentou roteiros turísticos dos diversos estados brasileiros. E o Plano Nacional de Turismo, cujo lançamento deu-se em 2007.

A mais recente notícia, de 14 de dezembro de 2011, foi de que a recém criada Comissão de Educação e Cultura aprovou o Projeto de Lei 868/11 para elaborar uma Política Nacional de Desenvolvimento do Ecoturismo.

O relator na comissão [...] afirmou que a política cumprirá um importante papel ao permitir que os recursos naturais abundantes, aliados a paisagens exuberantes e à diversidade cultural brasileira possa ser conhecida por um número cada vez maior de brasileiros e estrangeiros. A política [...] vai permitir que essas atividades sejam implementadas, sem prejuízos para a biodiversidade e respeitando os princípios da preservação. “A proposta contribuirá para estabelecer padrões de preservação e ações preventivas para que os recursos a serem explorados, tais como áreas tombadas, monumentos naturais, paisagens, entre outros locais de interesse ecológico, não sejam degradados” (Site da Câmara dos Deputados, 2012).

Como foi possível observar até aqui, o desenvolvimento das políticas públicas para ecoturismo é algo novo na gestão brasileira, como também os próprios órgãos de administração são muito recentes. Viu-se também que as políticas englobam todo o território nacional, e só foi encontrado um projeto para determinado ambiente, como foi o caso do PROECOTUR (na região Amazônica).

Assim, nota-se que a gestão do Geoparque Araripe é feita de forma diferenciada e que não existem políticas públicas de ecoturismo voltadas para essa localidade. Entretanto, indiretamente o Geoparque Araripe sofre influências de outra política pública, tendo em vista que o geoparque se encontra localizado dentro de uma Área de Proteção Ambiental (APA), na Floresta Nacional do Araripe.

Segundo Cavalcante (2012) a APA trata-se de uma Unidade de Conservação (UC), disciplinada pela Lei Federal 9.985/2000, que instituiu o SNUC – Sistema Nacional de Unidades de Conservação. As UC's podem ser classificadas de duas formas: como *unidades de proteção integral* (sem consumo ou destruição dos recursos naturais) e *unidades de uso sustentável* (com utilização sustentável dos recursos), que é o caso da APA Araripe, e como foi mostrado anteriormente, onde ocorrem com frequência as práticas de ecoturismo. Como unidades de proteção integral, existem três geossítios: o Pontal de Santa Cruz, o Riacho do Meio e o Batateira.

Dessa forma, as atividades ecoturísticas que ocorrem no Geoparque Araripe são regulamentadas pelo órgão gestor desse geoparque, que é a URCA, como foi dito. Para Borgianni (2010) parece desnecessário a regulamentação do Geoparque em uma legislação, tendo em vista que esse território não se encontra previsto no SNUC. E o autor ainda considera um geoparque como uma área de conservação de modalidade diferenciada, requerendo, por tanto, um caráter inovador de gestão.

4. CONCLUSÕES

Com esse trabalho, traz-se a proposta de haver políticas públicas específicas para o ecoturismo no Geoparque Araripe, tendo em vista a sua ausência. Mesmo com uma gestão diferenciada, como é o caso dos geoparques, é preciso uma política pública que sirva de suporte para a gestão dessa área.

Conclui-se a necessidade de existirem políticas públicas menos generalizadas e que analisem as particularidades do ecoturismo no Geoparque Araripe, já que foram encontradas políticas públicas de âmbito nacional para Unidades de Conservação, como a Lei Federal 9.985 e recentemente, a criação de uma comissão para aprovar a política nacional de desenvolvimento do ecoturismo. É necessário citar também que com o crescente aumento de turistas nessa região, surge a importância de se estabelecerem políticas que proporcionem a prática de um ecoturismo que leve em consideração as dimensões da sustentabilidade (ambiental, social, econômica e institucional), a fim de conservar as áreas que sofrem influência da ação humana, e valorizando as populações locais. Por tanto, os desafios são grandiosos.

REFERÊNCIAS

- Basso, Karen G. Furlan (2012). *Políticas públicas do turismo em áreas naturais e evolução do conceito de ecoturismo no Brasil*. Disponível em <<http://www.physis.org.br/ecouc/Artigos/Artigo51.pdf>>. Acesso em 29.12.2011.
- Bezerra, R.C.L., Gonçalves, M.I.P.C., Melo, J.P.P., Galvão, M.N.C., Silva, C.T.R. (2010). *Geopark Araripe: cultura, história da terra e meio ambiente*. Fortaleza, Ceará.
- Borgianni, Paulo César (2010). *A aplicação do conceito de Geoparque da UNESCO no Brasil e a relação com o SNUC – Sistema Nacional de Unidades de Conservação*. Disponível em <<http://www.geoturismobrasil.com/REVISTA%20ARTIGOS/artigo%20boggiani%20junho%202010.pdf>> Acesso em 13.08.2012.
- Brasil. Ministério do Turismo (2010). *Ecoturismo: orientações básicas*. Ministério do Turismo, Secretaria Nacional de Políticas de Turismo, Departamento de Estruturação, Articulação e Ordenamento Turístico, Coordenação Geral de Segmentação. 2. ed. – Brasília: Ministério do Turismo.
- abral, Nájila Rejanne Alencar Julião; Mota, Teresa Lenice Nogueira da Gama (2010). *Geoconservação em áreas protegidas*. Disponível em < <http://www.abeco.org.br/wordpress/wp-content/uploads/nec-vol-8-2/natcon.00802013.pdf>> Acesso em 29.12.2011.
- Cavalcante, Márcio Balbino (2012). *O planejamento governamental e a política pública do turismo nas Unidades de Conservação no Brasil*. Disponível em <[http://www.biblioteca.sebrae.com.br/bds/BDS.nsf/13F36BFA6A136EEA8325743200764729/\\$File/O%20planejamento%20governamental%20e%20as%20pol%C3%ADticas%20p%C3%BAblicas%20do%20turismo%20em%20UC's%20no%20Brasil%20-%20M%C3%A1rcio.pdf](http://www.biblioteca.sebrae.com.br/bds/BDS.nsf/13F36BFA6A136EEA8325743200764729/$File/O%20planejamento%20governamental%20e%20as%20pol%C3%ADticas%20p%C3%BAblicas%20do%20turismo%20em%20UC's%20no%20Brasil%20-%20M%C3%A1rcio.pdf)> Acesso em 31.12.2011.
- Chacon, Suely Salgueiro (2007). *O sertanejo e o caminho das águas: políticas públicas, modernidade e sustentabilidade no Semiárido*. Fortaleza: Banco do Nordeste do Brasil.
- GIL, Antonio Carlos (2002). *Como elaborar projetos de pesquisa*. São Paulo: Atlas.

Morais, João Paulo Dantas de (2008). *Ecoturismo, políticas públicas e desigualdade social*. Monografia. Disponível em <http://bdm.bce.unb.br/bitstream/10483/324/1/2008_JoaoPauloDantasMorais.pdf> Monografia Universidade de Brasília (UNB). Acesso em 29.12.2011.

Oliveira, José Antonio Puppim de (2008). *Empresas na sociedade: sustentabilidade e responsabilidade social*. Rio de Janeiro: Elsevier.

WWF Brasil (2003). *Sociedade e ecoturismo: na trilha do desenvolvimento sustentável: Como diferentes atores sociais podem, de forma participativa, elaborar planos estratégicos de conservação e geração de renda. O caso do ecoturismo do Vale do Ribeira na Mata Atlântica*. Vitae Civillis e WWF-Brasil. São Paulo: Peirópolis.

Sites:

Câmara dos Deputados <www.camara.gov.br/>

UNESCO <<http://www.unesco.org>>

Ministério do Turismo < www.turismo.gov.br/ >

Geoparque Araripe <<http://geoparkararipe.org.br>>